

RELATÓRIO

Seminário “Construindo o Fórum da Casa dos Conselhos”

RELATÓRIO - SEMINÁRIO

“Construindo o Fórum dos Conselhos”

1. O seminário:

No dia 05 de julho de 2024, a partir das 13:00 horas, foi realizado o 1º Seminário da Casa dos Conselhos de Juiz de Fora (CDC/JF), com o tema “Construindo o Fórum dos Conselhos - Direitos Humanos”. O evento foi realizado na sede da CDC/JF, na Rua Halfeld, nº 450, 7º andar, Centro, espaço parcialmente adaptado para pessoas com deficiência.

O seminário teve como objetivo trazer tópicos acerca da intersetorialidade entre os Conselhos e Políticas sob administração da SEDH/JF - política para juventude, política dos direitos das crianças e dos adolescentes, política dos direitos das pessoas LGBTQIA+, política de igualdade racial, política dos direitos da pessoa idosa, política dos direitos das mulheres, política das pessoas com deficiência, política integrada sobre drogas, política para pessoas em situação de rua, política dos direitos dos migrantes e refugiados e política da diversidade religiosa - como um momento de apreensão de diferentes perspectivas.

Para isso, o Seminário contou com a fala de autoridades no tema, a fim de fomentar debates intersetoriais entre as políticas citadas anteriormente, contribuindo para que os conselhos reflitam sobre a segregação das referidas políticas, bem como sobre a importância de elaboração de estratégias para diminuir a segregação dos conselhos, em busca de fortalecer a temática dos Direitos Humanos e o espaço democrático dos próprios Conselhos. As discussões nortearam os trabalhos que fomentarão o Fórum dos Conselhos, que será instituído após o seminário, por Decreto Municipal. O fórum terá como objetivo central o fortalecimento das políticas intersetoriais e consequentemente do controle social.

A Comissão de Organização do evento, formada de maneira não oficial por funcionários da Casa dos Conselhos, contou com a participação dos seguintes assessores da Casa dos Conselhos: Valeria Martins Pereira (Coordenação), Deise Araújo de Freitas Basílio, Felipe de Souza Barbosa, Josenir Gonçalves Ferreira, Marcella Capaz Rodrigues Pádua e Waleska Jones.

2. As falas:

Para tratar de cada uma das políticas acima citadas, foram chamadas as seguintes autoridades:

1. Biel dos Santos Rocha - O Secretário Especial de Direitos Humanos é sociólogo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), especialista em Gestão Pública Estratégica pela Fundação João Pinheiro, servidor público municipal aposentado. Foi Vereador, Deputado Estadual, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos no Governo Lula e Secretário de Estado dos Direitos Humanos do Governo do Estado de Minas Gerais.
2. Políticas para **Migrantes e Refugiados**: Alexandre José Cadilhe. Graduado em Letras e doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, tendo também especialização em Gênero e Sexualidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde atua nos programas de mestrado e doutorado em Educação e em Linguística. Coordena o Grupo de Pesquisa Linguística Aplicada, Educação e Direitos Humanos (LAEDH/CNPq). É também coordenador da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (ACNUR/UFJF) e atualmente é Diretor de Relações Internacionais da UFJF.
3. Políticas para **Mulheres**: Alina Pacheco Govêa. Formada em Ciência Política e Sociologia, pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), doutoranda e mestra em Ciências Sociais, pela UFJF. Pesquisadora do tema sobre trabalho doméstico remunerado, e compõe o Grupo de Pesquisa da CNPq Geni - Gênero e Interdisciplinaridade da UFJF.
4. Políticas para **Pessoas com Deficiência**: Aline Araújo Passos. Doutora e mestre em Direito das Relações Sociais (Sub-área Direito Processual Civil) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora. É professora adjunta da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde leciona Direito Processual Civil, Direito Processual Constitucional e Tutela Jurisdicional Coletiva nos cursos de graduação e de pós-graduação, desde 2000. Diretora da mesma Faculdade, eleita para o quadriênio 2014-2018 e reeleita para o quadriênio 2018-2022. Coordenadora do Núcleo de Direitos das Pessoas com Deficiência da UFJF, em funcionamento desde abril de 2018, no Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito da UFJF. Parecerista da Revista de Direito Processual da UERJ. É advogada desde 1993, com atuação

predominante na área cível, estando estabelecida desde 1996 na cidade de Juiz de Fora/MG.

5. Políticas dos **Direitos Humanos**: Bruno Stigert de Sousa. Doutor em sociologia e Direito pela UFF, Mestre em Direito Público pela UERJ, Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UFJF. Coordenador da Clínica de Direitos Fundamentais e Transparência da UFJF, Coordenador da graduação da Faculdade de Direito da UFJF, Presidente da Comissão setorial de Ética Pública da UFJF e Advogado, com atuação em litigância estratégica de Direitos Humanos.
6. Políticas para **Juventude**: Clarice Cassab. Graduada em Geografia pela UFRJ, mestrado em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e doutorado em Geografia (UFF). Docente do curso de Geografia e do PPGEIO da UFJF. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea) onde desenvolve projetos de pesquisa e extensão relacionados às juventudes e suas práticas espaciais na cidade.
7. Políticas dos **Direitos da Criança e do Adolescente**: Claudinei dos Santos Lima. Mestre em Ciências Sociais/UFJF e Conselheiro Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais - CEDCA/MG.
8. Políticas para **Igualdade Racial**: Geovane Lopes de Oliveira. Advogado, Mestre em Direito internacional pela UERJ, Doutorando em Ciências Sociais pela UFJF, Presidente da Comissão de Promoção da Igualdade Racial da OABJF e Membro do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial.
9. Políticas para **Pessoas em Situação de Rua**: Igor de Souza Rodrigues. Doutor pelo Programa da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (2015-2019), Mestre pelo Programa da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (2013-2015); Graduado em Direito pelo Instituto Vianna Júnior (2008-2013); Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2009-2013), com especialização na área de sociologia. Editor-chefe da Revista Eletrônica de Direito Investidura (2012). Pesquisador Sênior do projeto A Gênese Social do Usuário do Crack - Ministério da Justiça do Brasil - UFJF/SENAD (2014-2017). Membro do Centro de Estudos Sobre Cidadãos em Situação de

Rua. Entre os indicados em 2020 pelo Centro Europeu de Direitos Constitucionais e Humanos ao treinamento de Chanceler Alemão pela Fundação Alexander Von Humboldt. Coordenação do curso de Direito do Centro Universitário UNIFACIG. Tem experiência na área da sociologia urbana, sociabilidade e identidade social, especialmente pessoas em situação de rua.

10. Políticas de **Diversidade Religiosa**: Marcelo Ayres Camurça Lima. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Ceará (1983), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (1987) doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994) e realizou seu pós-doutorado na *Ecole Pratique des Hautes Etudes/Sorbonne*, Session Sciences Religieuses (2009). Aposentou-se como Professor Titular da Universidade Federal de Juiz de Fora,(2017) e retornou a UFJF na condição de Professor Convidado a partir de 2018, atuando no Departamento de Ciência da Religião dentro do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Foi professor visitante na Universidade Estadual do Ceará (2018) e em seguida professor visitante no Programa de Pós Graduação em História Social na UERJ (2019-2020). É vice-coordenador do Laboratório Interdisciplinar das Religiões e Movimentos Migratórios (Lärm) no PPGHS/ UERJ. Tem experiência nas áreas de Antropologia da Religião e Antropologia da Política, com ênfase em pesquisas sobre o Campo Religioso Brasileiro e Religião no Espaço Público. Pesquisa mais especificamente os seguintes temas: Catolicismo, Espiritismo e Nova Era dentro da perspectiva de religião e modernidade, sobre a Laicidade e papel público das religiões no Brasil, sobre rituais e imaginário da política e sobre a temática da juventude e religião. Possui ainda uma reflexão sobre o lugar epistemológico das Ciências da Religião no campo das Ciências Sociais e mais amplamente das Ciências Humanas.
11. Políticas **Integradas sobre Drogas**: Maria José Figueira. Formação em Psicologia/ CES, especialista em dependência química e transtorno compulsivo pela Estácio de Sá, cursou disciplinas isoladas em mestrado em

saúde coletiva pela UFJF, Previdência e 1ª secretária COMPID. Técnica em Psicologia CRDH JF/ território Mata.

12. Políticas para Pessoas Idosas: Rafael Cunha Silvério. Advogado, Pós-Graduado em Direito Previdenciário, Pós-Graduado em LGPD, Privacidade e Proteção de Dados, Ex-presidente do CMDPI/JF e Coordenador Jurídico da AAPI/JF.

13. Políticas para Pessoas LGBTQIA+: Roney Polato de Castro. Professor Associado da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-MG), onde atua nas Licenciaturas em Ciências Biológicas, Enfermagem e Pedagogia e no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) - Mestrado e Doutorado, como professor permanente. É Doutor e Mestre em Educação pela UFJF. Possui Licenciatura em Ciências Biológicas (UFJF). É coordenador adjunto do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade (GESED - cadastrado no CNPq). É membro e coordenador do Núcleo de Educação e Diversidade (NEPED - FACED - UFJF). Seus interesses atuais de estudo/pesquisa/orientação são: processos educativos contemporâneos, sexualidades e relações de gênero; artefatos culturais e pedagogias culturais de gênero e sexualidade; estudos foucaultianos e estudos pós-críticos em educação.

14. Moderadora: Aline Maia. Jornalista, Mestre e Doutora em Comunicação.

O procedimento escolhido para a divulgação do conhecimento e promoção do debate foi o seminário. Enquanto gênero oral, a metodologia foi a exposição do tema por parte dos painelistas, sendo facultado a estes usar de recursos audiovisuais. Ciente que o seminário não abre espaço para a elaboração de propostas, trabalhos de grupos ou afins - não havendo sequer tempo hábil para tal, dado o vasto número de palestrantes - mas foi o meio tido como mais adequado para dar início à discussão.

3. O Fórum dos Conselhos:

O Fórum da Casa dos Conselhos é uma instância que fomentará um trabalho de forma articulada e integrada entre os representantes dos Conselhos e Comitês de Direitos, além de contribuir para troca de informações, proporcionando um encaminhamento que considere a totalidade dos problemas do usuário, ou seja, a complexidade da realidade social. Assim, busca que as dificuldades e vulnerabilidades do usuário não sejam debatidas de forma fragmentada, por ações desarticuladas, mas sim de maneira integrada, que possibilite a elaboração de estratégias para diminuir a sua segregação, em busca de fortalecer a temática dos Direitos Humanos e o espaço democrático dos próprios Conselhos.

O Seminário promoveu a construção coletiva de saberes, com ênfase nos pontos de intersecção entre as doze políticas tratadas. O fim desta discussão foi evidenciar a interface entre as políticas em pauta, assim como a importância da criação do Fórum dos Conselhos para a elaboração de uma política transversalizada, em atenção à conexão entre estes.

O Fórum será instituído por meio de Decreto Municipal: após a realização do Seminário, cada um dos Conselhos administrados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) deverá indicar duas pessoas do Conselho, prioritariamente da Mesa Diretora, sendo um governamental e um da sociedade civil, a fim de compor o mesmo. Neste, serão elaboradas propostas, discussões e políticas de nível intersetorial.

4. Presentes:

O Seminário contou com 133 (cento e trinta e três) assinaturas na lista de presença. Os certificados de comparecimento serão emitidos em tempo hábil.

5. Avaliação dos presentes:

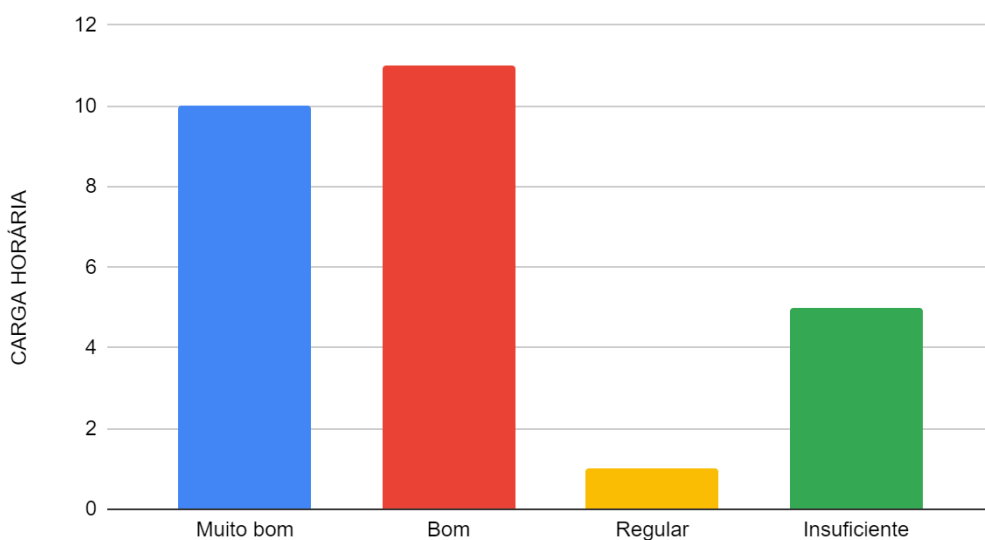
Ao final do Seminário, foi solicitado aos participantes que preenchessem a ficha de avaliação, entregue junto ao material de cortesia. Esta continha questionário para avaliação dos participantes sobre os seguintes pontos:

- Carga horária do evento;
- Espaço físico;
- A discussão dos palestrantes;

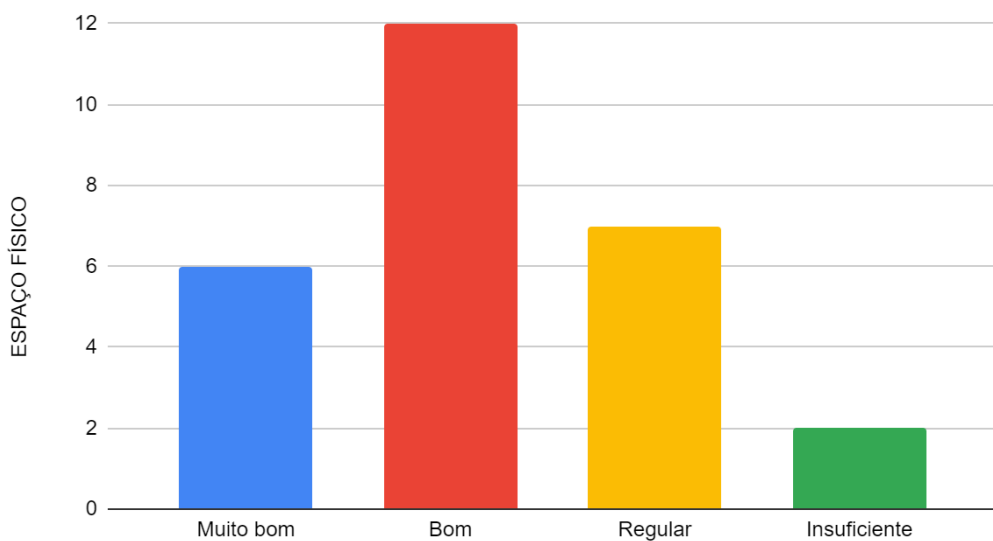
- A forma como os temas abordados foram ministrados e
- quanto ao acesso e assimilação das discussões.

Os participantes poderiam avaliar os pontos em quatro graus: muito bom, bom, regular e insuficiente. No total, foram apresentadas 27 (vinte e sete) avaliações, e esta foi sua síntese:

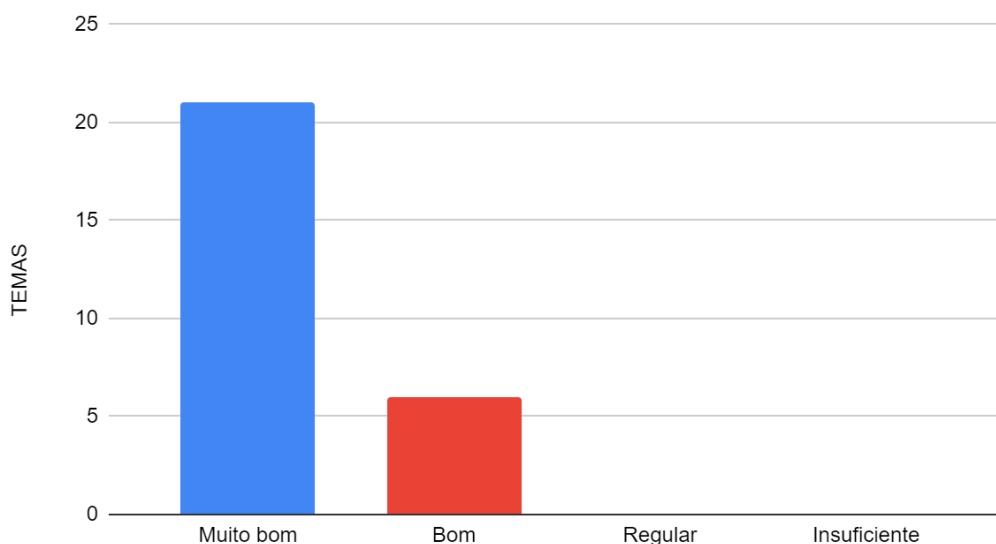
CARGA HORÁRIA



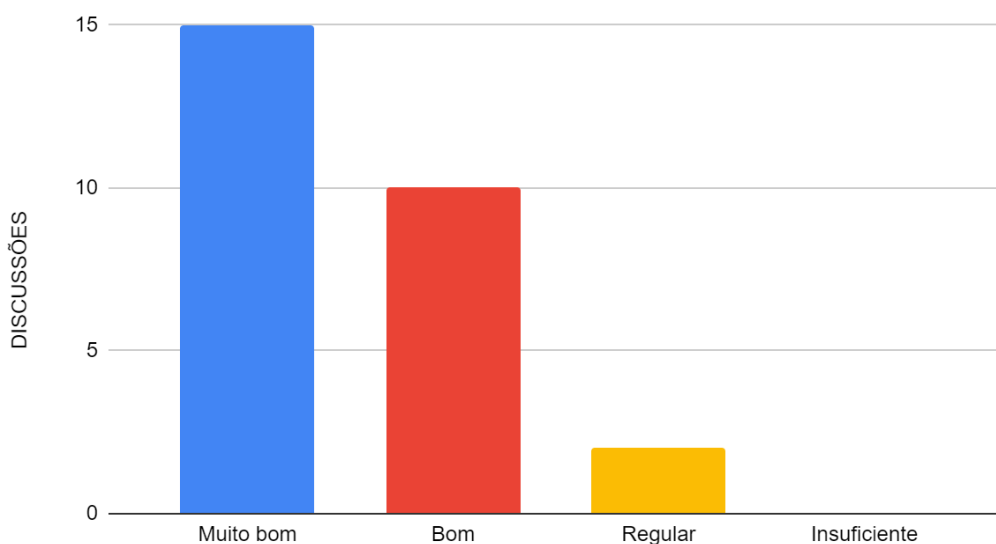
ESPAÇO FÍSICO



TEMAS



DISCUSSÕES



Quanto ao espaço para sugestões e observações, os pontos mais recorrentes foram os seguintes:

- Elogios quanto à qualidade dos painelistas;
- Solicitação de intérpretes profissionais para todos os eventos afins;
- Solicitação de maior tempo de fala para os painelistas;
- Realização de mais Seminários como este;

- Utilização de espaço mais amplo.

Assim, com base no que foi apresentado nas avaliações, o Seminário teve uma recepção majoritariamente positiva, e agregou ao público.

Ao fim do relatório, evidencia que o Fórum dos Conselhos estará aberto para a presença de todos os interessados: embora só os integrantes do Fórum terão direito a voz e voto, todos aqueles que desejarem participar terão direito à voz, e serão bem-vindos.

Juiz de Fora/MG, 08 de julho de 2024.

Valeria Martins Pereira
Coordenação Casa dos Conselhos

Deise Araújo de Freitas Basílio
Assessora Casa dos Conselhos

Felipe de Souza Barbosa
Assessor Casa dos Conselhos

Josenir Gonçalves Ferreira
Assessora Casa dos Conselhos

Marcella Capaz Rodrigues Pádua
Assessora Casa dos Conselhos

Waleska Jones
Assessora Casa dos Conselhos

Tema:

"Construindo o Fórum dos Conselhos - Direitos Humanos"

